



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



COMUNICA O INTERNA **(Justificativa)**

Brasil novo/PA, 02 Maio de 2022.

DA: Secretaria Municipal de Saúde
PARA: Comissão Permanente de Licita o - CPL

ASSUNTO: Viabilidade de contrata o direta (Art. 25 caput da Lei Federal n  8.666/93).
Odontóloga

Prezado
Presidente da CPL,

Após levantamento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde vimos pelo presente expediente consultar a viabilidade de contrata o direta do profissional Klissia Gabriele Cachiado Aguiar, brasileira, Odontóloga, portadora da carteira profissional CRO/PA n  CD - 10516 e CPF n  031.289.552-63, para presta o de serviços especializado na área de saúde pública como Odontóloga, destinado aos atendimentos fins de usuários do SUS - Sistema  nico de Saúde.

Considerando que objeto do contrato   para prestar a es e serviços profissionais em sua área de atua o, assim como participar da integra o dos serviços de saúde com comunidade exercendo as atividades de complementar os serviços de saúde no Município.

Considerando que se trata de um profissional de uma área imprescindível para realiza o de suas atividades precípuas faz-se necessário a sua atua o,

Considerando que o valor a ser praticado será o mesmo praticado em m dia no Estado do Pará,

Os serviços de saúde compõem o rol garantias constitucionais e estão intimamente ligados   dignidade da pessoa humana. Nesta linha, cabe transcrever o que dispõe os Arts. 196 e 197 da Carta M gna:

“Art. 196. A saúde   direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econ micas que visem   redu o do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às a es e serviços para sua promo o, prote o e recupera o.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 11.283.607/0001-42



Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. “

O Estado brasileiro, no fomento de suas políticas públicas voltadas à promoção da saúde, tem o dever de prover, principalmente às pessoas economicamente hipossuficientes, os meios necessários ao seu pleno exercício. Trata-se da efetivação de um direito social (art. 6º, CF), que sujeita o Estado à obrigação de realizar prestações positivas.

Com efeito, a contratação destes profissionais mediante processo licitatório, ou o de sua dispensa e inexigibilidade, sob as regras da Lei n.º 8.666/93, vem sendo admitida, inclusive o Tribunal de Contas da União, em inúmeros precedentes, vem aceitando e recomendando a adoção do procedimento de credenciamento para a contratação destes profissionais, **desde quando devidamente verificada a impossibilidade de competição para a seleção dos prestadores de serviços na área da saúde.**

Deste modo, sujeitamos nossa justificativa a Vossa Senhoria Para que, entendendo ser ela sustentável, ratifique nossas razões e determine a contratação do profissional que ora indicamos, tendo em vista que isto, além de respaldo por lei, respeita todos os princípios norteadores da Administração Pública.

ELYSSON LEONARDE KLOSS
Secretário Municipal de Saúde
Decreto nº 003/2021